

Sumário

Número de notícias: 22 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Campanha salarial difícil para servidor 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Corte ameaça atendimento 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo quer acabar com tributo que financia a reforma agrária 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Transação hoje é legal e precisa ser declarada à Receita Federal 7

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Para justificar cortes, presidente diz que Congresso "inflou" Orçamento 8

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A volta segura aos escritórios depende da vacina (Artigo) 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - COVID-19
SERVIDOR PÚBLICO

Coronavírus desfalca equipes e eleva pressão nos hospitais 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Sem reforma tributária, acesso à OCDE vai por água abaixo" 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Guedes descarta fundo para baixar preços de combustíveis 14

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Moro quer retomar itens do pacote anticrime em reforma do Judiciário 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preço da gasolina e populismo fiscal (Editorial) 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estados confirmam congelamento do ICMS 18

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PEC de combustíveis traria um grande desperdício de recursos (Editorial) 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Demanda de estrangeiro volta a sustentar ativos 20

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lucro de bancos desacelera no 4º tri, mas deve crescer 16% 21

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Magistrados de SP querem receber novo bônus por alegado excesso de trabalho 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

EUA crescem 5,7% em 2021, maior ritmo em quase quatro décadas 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Verba para BRs é a menor em 10 anos 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Teto de gastos ou de investimentos? (Artigo) 27

O GLOBO - RJ - BRASIL
ECONOMIA

Piso de professores anunciado por Bolsonaro é contestado 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

De olho na eleição, governadores miram reajuste 29

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Pico da inflação é irrelevante para política monetária 30

Campanha salarial difícil para servidor



Fernanda Strickland

Lideranças do funcionalismo federal definiram, ontem, os novos passos do movimento em busca do reajuste salarial. A agenda foi decidida durante paralisação virtual, envolvendo servidores em trabalho remoto, organizada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate).

Segundo Tiago Duarte, da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário e MPU (Fenajufe), em 2 de fevereiro os servidores farão um ato em Brasília para cobrar reuniões com os presidentes do Supremo Tribunal Federal e Câmara dos Deputados, além do ministro-chefe da Casa Civil, para discutir a reivindicação da categoria. De 7 a 11 de fevereiro, serão realizadas plenárias estaduais. De 15 a 24 de fevereiro, será feita a jornada de mobilização para uma eventual greve geral, que, caso não haja avanço no diálogo, começaria em 9 de março, por tempo indeterminado.

O presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, afirmou que esta "será a campanha salarial mais difícil dos últimos 30 anos".

Ele destacou que a mobilização começou bem e que os atos do último dia 18, em frente ao Banco Central e ao Ministério da Economia, foram fortes, embora o governo tenha minimizado as manifestações.

Restrições à greve

Rudinei alertou, contudo, que a continuidade do movimento exigirá avaliações precisas dos dirigentes sindicais, em função da conjuntura adversa que o país

atravessa. Em especial, pontuou, em decorrência da "pandemia e o fato de os **servidores públicos** da saúde estarem à frente do combate à crise sanitária. Ou seja, na prática, não podem fazer greve".

Ele lembrou que os servidores das instituições federais de ensino "estão às voltas com calendários escolares díspares, o que significa que uma greve poderá implicar perda do semestre para os estudantes". "E os servidores da assistência social nunca foram tão demandados, com 20 milhões de brasileiros passando fome, logo também não podem parar", completou.

Corte ameaça atendimento



Fernanda fernandes

O corte de R\$ 988 milhões nas verbas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) no Orçamento de 2022, determinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), acendeu o debate entre especialistas sobre o risco de um colapso no sistema previdenciário, uma vez que 1,8 milhão de pessoas estão na fila de espera para análise e concessão de benefícios.

Os vetos do presidente ainda serão apreciados pelo Congresso em fevereiro e podem ser derrubados, ideia defendida pelo relator-geral do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ). Ainda assim, profissionais de direito previdenciário e servidores do **INSS** alertam para o risco de prejuízos no atendimento à população.

O advogado previdenciário João Paulo Ribeiro explicou que a morosidade na concessão de benefícios aumentou drasticamente pouco antes da Reforma da Previdência, em novembro de 2019, e que o órgão se encontra em estado de "sucateamento" desde então.

"Os segurados começaram a correr para as agências para se aposentarem antes da reforma", afirmou Ribeiro. "O **INSS** começou a abarrotar nesse momento. E a resposta aos requerimentos começaram a ter atrasos em torno de 10 meses. Muitas vezes, eram indeferidos sem quaisquer explicações." Viviane Peres, secretária de Políticas Sociais da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), disse que muitas unidades da Previdência estão em situação precária. "Em algumas agências a internet não chega a 1MB de velocidade e, em vários estados, falta água para os segurados e os servidores", denunciou.

Segundo a secretária, o veto de Bolsonaro, se mantido pelo Congresso, poderá ocasionar o fechamento de

agências. "Uma agência sem limpeza e vigilância não pode funcionar, e 41%, ou seja, quase metade do orçamento do **INSS**, está sendo retirado. O mais prejudicado, no final das contas, será o trabalhador." Peres diz que há necessidade de atendimento presencial nas agências, pois grande parte da população não consegue manusear o acesso remoto. Além disso, a perícia médica e avaliação social do Benefício de Prestação Continuada (BPC) também são presenciais. "Por isso, é necessário investir em infraestrutura e em servidores." A espera na fila de atendimento tem angustiado a dona de casa Ericka Paiva, 21 anos, que mora no Rio de Janeiro e tem um filho de sete anos. Com problemas de visão, ela tenta, desde junho de 2021, conseguir o BPC, que consiste no pagamento de um salário mínimo mensal (R\$ 1.212) a pessoas com deficiência e a idosos sem condição de se sustentar.

Além da demora, os canais de comunicação com o órgão também são falhos, segundo ela. "Eu não consigo ligar no 135 nem acessar o site porque, além da minha rede ser ruim, quando entra sempre dá erro", reclama.

Gasolina com ICMS congelado

O Comitê Nacional de Política Fazendária (Confaz) aprovou, ontem, a ampliação em 60 dias do prazo de congelamento dos preços dos combustíveis para o cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e cobrou medidas complementares do governo federal. A decisão foi unânime entre os 27 secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal e ratificou a recomendação do Fórum de Governadores, proposta na véspera.

Governo quer acabar com tributo que financia a reforma agrária



Fábio Pupo

O governo planeja acabar com a cobrança de 0,2% aplicada à folha de salários das empresas existente para bancar o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

O tributo é responsável por gerar até R\$-2 bilhões anualmente para o órgão, dois terços do orçamento previsto para 2022.

A extinção da contribuição está em gestação no Ministério da Economia e, de acordo com relatos feitos à Folha, está dentro do plano de desonerar a folha de pagamentos das empresas de maneira ampla e baratear o custo da contratação.

A ideia é apresentar a medida ao Congresso por meio de um projeto de lei.

O ato representa uma sinalização ao empresariado no ano que o presidente Jair Bolsonaro (PL) busca a reeleição e também funciona como um aceno à base ruralista. Durante a campanha de 2018, Bolsonaro chegou a classificar o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de grupo terrorista.

O governo ainda estuda o impacto orçamentário e financeiro da proposta e como compensar a medida - uma exigência feita pela legislação.

A ideia de extinguir a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) Incra, como é chamado o tributo previsto em lei de 1955 e adaptado por decreto de 1970, segue o plano do ministro Paulo Guedes (Economia) de desonerar os salários pagos

pelas empresas.

O chefe da equipe econômica chama os **tributos** sobre a folha de armas de destruição em massa de empregos.

Guedes tentava desde o começo do governo substituir menos parcialmente tais cobranças por uma taxa similar à antiga CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras), mas a ideia foi colocada na geladeira após ser atacada - inclusive por Bolsonaro.

A cobrança da Cide Incra é feita pela **Receita Federal**, que repassou ao Incra quase R\$ 2 bilhões em 2021. Procurado, o fisco não soube informar até a conclusão deste texto se o montante é totalmente referente ao tributo ou se há algum outro componente.

A sistemática na relação entre **Receita Federal** e Incra é semelhante à aplicada ao Sistema S, que recebe um percentual das contribuições pagas ao fisco sobre a folha de salários das empresas.

O movimento do governo para acabar com a Cide Incra é feito menos de um ano após o STF (Supremo Tribunal Federal) referendar a cobrança, dando ganho de causa à União e entendendo que o tributo é constitucional.

Em abril de 2021, por maioria dos votos, o colegiado seguiu o voto do relator, ministro Dias Toffoli, pelo desprovimento do recurso extraordinário interposto por uma metalúrgica.

A empresa contestava decisão do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), que considerou que o adicional de 0,2% estava de acordo com a Constituição de 1988.

"É constitucional a contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao Incra devida pelas empresas urbanas e rurais", decidiram os ministros do STF.

Caso o resultado do julgamento fosse o oposto, a União poderia ter de devolver mais de R\$ 30 bilhões pagos pelas empresas ao longo do tempo, considerando também os recursos direcionados ao Sebrae, que também estavam em discussão.

Luigi Nese, presidente da CNS (Confederação Nacional dos Serviços), afirma que a extinção da cobrança é positiva para o empresariado.

"O [tributo para o] Incra é uma aberração porque até uma empresa urbana acaba pagando, e um funcionário que trabalha na cidade não tem nada a ver com o campo. Acho que não tem de pagar a ninguém, e isso [verba do órgão] tem de vir do Orçamento da União", diz.

A CNS defende que a folha de salários seja livre de **impostos** para as empresas e que os recursos correspondentes sejam recolhidos por meio de um imposto sobre movimentação financeira, como defende Guedes.

Bianca Xavier, professora de direito tributário na FGV (Fundação Getúlio Vargas), afirma que o percentual de 0,2% pode parecer pequeno, mas faz diferença para as empresas. "É um valor expressivo. A gente teve um contencioso enorme no STF sobre essa contribuição", afirma.

Por outro lado, diz, a eliminação da cobrança significa menos recursos para políticas públicas ligadas à reforma agrária. "Sem dúvida nenhuma, isso é uma perda de receita importante, e o governo vai ter de pensar em outros paliativos", afirma ela.

O movimento ocorre menos de um ano após a cúpula do Incra admitir ao STF, por meio de dados, um ritmo lento na reforma agrária.

Conforme mostrou a Folha na época, nunca havia sido feito um orçamento tão baixo para aquisição de terras, levando em conta um dos gráficos apresentados, com dados referentes ao período de 2011 a 2020.

O Incra tem um orçamento de pouco mais de R\$ 3 bilhões para 2022, mas menos de um terço será destinado a áreas centrais para o órgão, como monitoramento de conflitos agrários, promoção de educação no campo, reconhecimento e indenização de territórios quilombolas, consolidação de assentamentos rurais, aquisição de terras, reforma agrária e regularização fundiária.

A maior parte vai para um conjunto de outros itens, como sentenças judiciais, aposentadorias e pensões, além de benefícios, assistências e auxílios para servidores.

De acordo com o MST, o governo não tem se dedicado à reforma agrária, e o número de famílias acampadas à espera de regularização de terra cresceu de 80 mil para 90 mil em um ano.

"Não estamos tendo assentamento ou desapropriação para a reforma. Estamos vendo um desmonte estrutural da reforma agrária", afirma Alexandre Conceição, dirigente nacional do MST.

Para ele, o fim da Cide Incra é mais um movimento nesse sentido. "Ele [governo Bolsonaro] dá mais uma demonstração de que acabou com o orçamento da reforma agrária, que não quer a reforma agrária", afirma.

Procurado, o Incra afirmou que não iria se pronunciar por não ter sido incluído no debate dentro do governo.

"A proposta de cancelamento da contribuição não foi discutida com o Incra e por isso o instituto não se manifestará", escreveu a autarquia.

O Ministério da Economia preferiu não dar declarações.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49804&anchor=6449157&pd=f547710499b54e4634aa67a8388ec836>

Transação hoje é legal e precisa ser declarada à Receita Federal

Hoje, a compra e a venda de criptoativos são operações legais, mas não têm regulamentação específica no País, já que não são entendidos, em princípio, nem como moeda (responsabilidade do Banco Central) nem como valor mobiliário (cuja regulação seria da Comissão de Valores Mobiliários). As operações precisam ser declaradas à **Receita Federal** e estão sujeitas a regras mais gerais, como o **Código de Defesa do Consumidor** e a Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

"Unir flexibilidade com correta proteção é um passo importante", afirmou.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Hoje, o investidor tem as proteções que a lei brasileira dá para as pessoas em condições normais. Mas existe um clamor que os criptoativos podem facilitar lavagem de dinheiro e operações ilegais de câmbio, por exemplo. Em princípio, o BC preferiu observar o mercado, mas chegou um momento, com casos de pirâmide, em que houve maior pressão do Congresso e da sociedade para regulamentação", explica o advogado Bruno Balduccini, sócio do escritório Pinheiro Neto.

Depois de ouvir participantes do mercado e órgãos do governo, as versões atuais dos projetos que estão no Congresso definem em linhas gerais o que são ativos virtuais e quem são os prestadores de serviços nesse mercado.

Além disso, determinam que o Poder Executivo irá escolher o órgão federal que ficará responsável pela regulação. Precisarão também autorizar o funcionamento dos prestadores de serviços, além de supervisioná-los e fiscalizá-los. Há ainda previsão penal no caso de fraudes.

Especialista em criptoativos, a advogada Tatiana Guazzelli, também sócia do Pinheiro Neto, concorda com a abordagem mais flexível dos projetos de lei. "Um arcabouço legal e regulatório que possa trazer mais segurança para o mercado, que é carente de maior segurança jurídica, deve estimulá-lo, desde que não seja tão rígido para matar seu dinamismo." BANCO CENTRAL. Indicado por especialistas como provável regulador, o BC não comenta o assunto. No entanto, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, a chefe de Gabinete da Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do BC, Juliana Mozachi, disse que, "ao que compete ao BC", o relatório do senador Irajá estava adequado.

Para justificar cortes, presidente diz que Congresso "inflou" Orçamento

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A volta segura aos escritórios depende da vacina (Artigo)

Everton Cruz

No momento em que a vacinação contra a CO-VID-19 avança no Brasil e no mundo, o trabalho presencial começa a entrar na programação das empresas. Muitas companhias falam em modelo híbrido, estruturam escalas e readequam os escritórios para receber seus colaboradores. Entretanto, uma coisa é certa: precisamos falar sobre a vacina no ambiente de trabalho. Para garantir o retorno seguro às atividades presenciais, ainda sob incertezas sobre novas variantes do coronavírus, a imunização torna-se indispensável. Não é à toa que os efeitos positivos da vacinação já são sentidos no sistema de saúde.

Segundo a plataforma Our World in Data, que compila dados mundiais da pandemia, 78% da população nacional recebeu a primeira dose, 67,9% está totalmente vacinada e 14,4% recebeu a dose de reforço. É importante destacar que, além de medidas como distanciamento social, uso de máscaras e higiene das mãos, o aumento da vacinação da população proporcionou a queda expressiva no número de óbitos e internações em unidades de terapia intensiva (UTI). Diante das evidências epidemiológicas, é fato que quanto maior a cobertura vacinal, mais chances de controlar os efeitos graves da pandemia.

Voltando aos escritórios, muitas empresas já falam em requerer a obrigatoriedade da vacina entre funcionários. O tema chegou a ser debatido pelo Ministério do Trabalho, que proibiu que o certificado da vacina fosse exigido dos colaboradores. Entretanto, em São Paulo, os **servidores públicos** terão que comprovar a vacinação contra a COVID-19, segundo decreto estadual. Ao mesmo passo, a maioria das pessoas está se vacinando proativamente e 90% querem que os empregadores exijam o comprovante de imunização de seus colegas, apontou uma pesquisa do LinkedIn.

Nesse sentido, é importante a reflexão sobre a adoção do passaporte da vacina nos diversos ambientes de trabalho, para o estímulo à imunização, pois os benefícios da proteção coletiva atingem não somente os trabalhadores, como também suas famílias, colegas, vizinhos e toda a comunidade. É válido dizer que, mesmo para empresas com poucos funcionários ou profissionais que atuam na modalidade híbrida, ou

seja, alternando trabalho remoto e presencial, a vacina continua sendo essencial. Isso porque em algum momento esses trabalhadores estarão em contato com o macro, seja no transporte público, eventos ou reuniões presenciais, por exemplo.

Diante disso, é fundamental que empregadores e trabalhadores avancem conjuntamente com o objetivo de prevenir e controlar a infecção por coronavírus. Empresas devem contribuir com regras e protocolos para garantir condições de trabalho seguras e saudáveis aos colaboradores, como o controle profilático na entrada dos locais de trabalho, monitoramento de dados vacinais e testes, além de fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e criar campanhas e canais internos de comunicação para enfatizar os benefícios da vacinação.

Sobretudo com a alta de casos da variante Ômicron, que já representa 92,6% dos casos de COVID-19 no país, fomos colocados novamente em estado de alerta. Este é o momento de incluir estratégias de saúde e bem-estar no planejamento de negócios e investir em novas soluções do mercado para garantir a segurança sanitária no ambiente de trabalho. Certamente, conversas sobre imunização, campanhas de informação e acompanhamento das empresas serão essenciais no retorno aos escritórios. Vale dizer que a prevenção vai além de algo individual e que só em conjunto conseguiremos sair dessa mais fortes.

Everton Cruz, CEO da Mooh!Tech

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/01/2022/p1>

Coronavírus desfalca equipes e eleva pressão nos hospitais



Movimento de ambulâncias e de profissionais de saúde na Santa Casa (acima) e no HPS: contaminação pelo coronavírus tem provocado onda de licenças médicas e estresse

Déborah Lima, Larissa Ricci e Túlio Santos

Com o aumento de casos de COVID-19 e a ocupação de leitos de UTI cada dia maior, o adoecimento dos profissionais de saúde acende alerta no estado de Minas Gerais. É o que afirmou, no fim da manhã de ontem (27/1), o secretário de Saúde de Minas, Fábio Baccheretti, em coletiva de imprensa. O risco é que a assistência fique comprometida. "Há dificuldade na manutenção da escala. Muitos afastamentos estão acontecendo. Tem instituição da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig) que suspendeu as férias de alguns servidores para manter a escala. Então, há um grande esforço do estado para garantir a assistência", disse.

Ontem, pela segunda vez desde março de 2020, quando a pandemia da COVID-19 se instalou em Minas Gerais, o estado ultrapassou a marca de 30 mil novos casos confirmados em 24 horas, sendo que o número foi alcançado pela primeira vez na quarta-feira (27/1). Conforme o boletim da Secretaria de Estado de Saúde (SES-MG), o número de casos confirmados entre quarta-feira e ontem é de 34.420. Nesse período, houve mais 55 óbitos em decorrência da doença.

Um técnico de enfermagem que trabalha no Hospital das Clínicas, que fica na Região Leste de Belo Horizonte, relatou os momentos difíceis das últimas semanas devido ao aumento do número de casos de

COVID-19, provocados principalmente pela variante Ômicron, que pressionou o sistema de saúde. Questionado sobre a situação do aumento no número de afastamentos de profissionais de saúde, confirmou o quadro e relatou que em sua equipe de 14 profissionais, sete atuavam ontem e os outros sete estavam afastados por ter contraído a doença.

E esse número, segundo ele, "está bom, razoável", tendo em vista que no início do ano houve momento em que apenas dois profissionais atendiam, enquanto 10 estavam afastados. Ele mesmo precisou ficar em casa recentemente por 10 dias, por suspeita de infecção por COVID-19. O técnico ainda relatou que a sobrecarga de trabalho gerada pelas reduções de pessoal ocasiona também afastamentos por esgotamento, com profissionais cansados e no limite, especialmente nas últimas três semanas.

LICENÇAS E SELEÇÃO No período entre 1º de dezembro e 23 de janeiro, a Fhemig contabilizou 613 solicitações de licença de servidores para tratamento de saúde por apresentarem sintomas gripais. Desse número, 207 casos foram notificações de COVID-19. O quadro da Fhemig é composto por cerca de 13 mil servidores, administrativos e assistenciais, em suas 21 unidades. Segundo a fundação, os afastamentos por COVID-19 "permanecem na média desde que começou a pandemia". Ainda segundo a Fhemig, os casos recentes são mais leves por causa da vacinação dos profissionais, mas requerem isolamento pelo tempo prescrito nas diretrizes de enfrentamento ao coronavírus.

Ontem, a Fhemig abriu chamamentos emergenciais e processos seletivos. São 77 vagas para profissionais que vão atuar em unidades na capital e no interior. A maioria das vagas é para a área assistencial, mas há, também, cargos em funções administrativas.

De acordo com o governo de Minas, 102 novos leitos de enfermagem adulta serão abertos nos hospitais da rede em Belo Horizonte. Dez leitos de UTI pediátrica foram abertos no Hospital João Paulo II. Outros 10 leitos de terapia intensiva adulta serão instalados nas demais unidades da capital mineira.

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) informou, por meio de nota, que mantém constante vigilância do número de casos e dos

indicadores de monitoramento da pandemia para ações futuras que se fizerem necessárias, de modo a garantir assistência adequada ao usuário do Sistema Único de Saúde (SUS-MG).

BARREIRA Ao falar sobre a abertura de novos leitos na sexta-feira passada (21/1), o secretário municipal de Saúde de Belo Horizonte, Jackson Machado Pinto, apontou a dificuldade provocada pela falta de profissionais. "Fizemos uma reunião e os hospitais argumentaram que não conseguem abrir mais leitos por falta de profissionais. Tem hospital com leito vago porque não tem profissional de saúde pra colocar lá", disse. Na quarta-feira, a prefeitura informou que de 24 de dezembro de 2021 a 25 de janeiro de 2022, o município contratou 1.430 profissionais de saúde, sendo 309 médicos em diversas especialidades.

Números apontados pelo coordenador geral do Sindicato dos **Servidores Públicos** Municipais de Belo Horizonte (Sindibel), Israel Arimar, dão uma ideia do problema já no atendimento primário. Segundo ele, em Belo Horizonte, 1.400 profissionais da saúde foram afastados por suspeita ou confirmação de COVID em centros de saúde e unidades de pronto-atendimento (UPAs) na primeira quinzena de janeiro. "Ou seja, ao mesmo tempo em que a demanda aumentou de forma gritante, nós estamos tendo a redução de profissionais ao atendimento da população", disse.

Outro fator preocupante apontado pelo sindicato é a dificuldade da prefeitura em fazer novas contratações. "Em dezembro, cerca de 600 técnicos e enfermeiros tiveram os contratos terminados sem renovação. Diante do aumento do atendimento, a secretaria conseguiu, até agora, repor cerca da metade. Este é um momento muito delicado. Além de gerar o cansaço, estresse, adoecimento dos profissionais, gera também uma demora no atendimento", apontou. Israel ainda afirmou que a categoria marcou um ato simbólico para a próxima segunda-feira (1º/2), na frente da UPA Norte.

Apesar dos problemas, os esforços para ampliar o número de leitos prosseguem. Na quarta-feira, a administração municipal abriu mais 12 leitos de UTI COVID adulto e 10 pediátricos na Rede SUS-BH. Foram adicionados ainda 71 de leitos de enfermaria para adultos e 4 pediátricos. Ontem, foram instalados mais 35 leitos de enfermaria pediátricos. Desde o início do mês de janeiro, foram abertos pelo município 429 leitos de enfermaria COVID adulto e quatro pediátricos. Nas UTIs, foram adicionadas 44 vagas para adultos e outras 20 para crianças. A prefeitura frisa que pacientes com quadros gripais, ainda sem resultado para a COVID-19, também podem estar internados nos leitos de UTI e enfermaria dedicados à doença, já que os sintomas são semelhantes.

REDE PARTICULAR A pressão não se limita à rede pública de saúde. A Unimed-BH, por exemplo, também precisou abrir 200 vagas de trabalho temporárias para a área assistencial da sua rede própria em Belo Horizonte, Contagem e Betim. As vagas são para enfermeiro, técnico de enfermagem, analista de laboratório, atendente colhedor e auxiliar de atendimento ao cliente. A cooperativa informa ainda que, desse total, 50 vagas já foram preenchidas esta semana. "A Unimed-BH reforça que segue empenhada na reposição dos postos de trabalho e, até o momento, vem conseguindo preencher as vagas e manter os serviços funcionando normalmente, sem impacto no atendimento aos seus clientes", informou por meio de nota. A reportagem do Estado de Minas tentou contato com a assessoria dos hospitais Mater Dei e Madre Tereza, mas não obteve retorno até a publicação da matéria.

Quadro se repete por todo o país

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Minas Gerais (SEEMG) não têm dados de profissionais afastados por COVID-19 ou síndromes gripais atualmente, porque não há notificação compulsória de afastamentos nem ao próprio Ministério da Saúde. "Muitos estão sendo afastados mas sem a devida notificação do motivo do afastamento", informou Anderson Rodrigues, presidente do SEEMG. Mas a média móvel de casos, com forte elevação, dá uma ideia do problema.

De acordo com o Observatório da Enfermagem, gerido pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), ontem, a média móvel de casos entre os profissionais da área estava em 49, tendo sido confirmados 64 novos diagnósticos de COVID-19 em 24 horas. O número aumentou exponencialmente nas últimas semanas, já que janeiro começou com a média em 7, patamar que estava estabilizado desde junho de 2021.

Por outro lado, a média móvel de mortes não aumentou -está paralisada em um óbito desde 7 de janeiro. Ainda assim, o Cofen reforça que "esses dados não refletem com precisão os afastamentos", uma vez que sua atualização depende do envio de levantamentos dos conselhos regionais (Corens) junto aos responsáveis técnicos, "sendo inevitável a subnotificação e delay".

"Temos um panorama geral em que os profissionais de saúde que atuam em ambientes hospitalares estão se afastando com COVID, pela Ômicron, e gripe. O Observatório da Enfermagem tem alguns registros ainda um pouco tímidos. Dentro do nosso próprio sistema, temos alto índice de profissionais que já se

contaminaram com cOviD-19 ou síndromes gripais. Em todo o país, temos profissionais que já foram afastados", disse Eduardo Fernando, coordenador do comitê gestor da crise CO-VID-19 do Cofen.

Levantamento feito pelo Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (Coren-SP) espelha a pressão imposta a esses profissionais com a escalada da variante Ômicron no Brasil, combinada ao surto de H3N2. De acordo com a pesquisa, quase 82% dos entrevistados disseram que estão atendendo mais pacientes e 33% relataram que a jornada de trabalho aumentou.

"Quando tenho um profissional afastado, acabo sobrecarregando outro. Isso influencia tanto na saúde do enfermeiro quanto na qualidade do atendimento ao paciente", afirma Eduardo. "Enquanto a população não se conscientizar de que o distanciamento social, a máscara e a higienização das mãos são necessários, nunca vamos conseguir combater esse vírus", acrescenta.

Diante do problema, conselhos de enfermagem se reuniram para adotar uma série de medidas para conter a pandemia, como dar prioridade ao atendimento por agendamento ou on-line, seja por WhatsApp ou e-mail. Eduardo diz que o Cofen tem recomendado insistentemente que os profissionais reforcem o uso de máscaras e façam a higienização das mãos.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/28/01/2022/p1>

"Sem reforma tributária, acesso à OCDE vai por água abaixo"

ICC



Gabriela Dorlhiac

A abertura para adesão de novos países à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), incluindo o Brasil, põe mais uma vez a urgência de levar adiante a **reforma tributária**, na avaliação da diretora executiva da International Chamber of Commerce (ICC) no Brasil, Gabriela Dorlhiac. "Se não fizer isso, o processo de acesso à OCDE vai por água abaixo", afirmou em entrevista ao Estadão/Broadcast.

Desde que o Brasil oficializou a solicitação de entrada na OCDE, em 2017, falase que o País conseguirá passar pelo processo de ingresso de forma mais célere do que os demais.

Temos muito trabalho a ser feito, apesar de já termos boa parte dos instrumentos equacionados.

Não podemos esquecer que temos eleição neste ano.

Isso pode atrapalhar ou adiar um pouco o processo. Um governo novo pode ter prioridades diferentes. Mas acho que o setor privado pode ter papel importante ao ajudar o governo e pressionar, no bom sentido, para manter a pauta como prioridade neste e no próximo governo. O ICC tem mais de 200 associados, e o que a gente vê é que esta é uma pauta prioritária para as empresas, porque melhora o ambiente de negócios no Brasil, pode reduzir parte substancial do custo Brasil e diminuir a burocracia.

Há o risco de voltarmos atrás no processo?

Acho que este é um caminho praticamente sem volta, por todo o esforço que já foi feito dentro do Itamaraty. É disso que o Brasil precisa: não apenas expandir o **PIB**, mas se tornar um grande player internacional, ser destino de investimento maior, e tudo isso passa por se adequar a regulações internacionais.

Foi um processo longo e seria uma perda enorme se, com mudança de governo, a gente andasse para trás.

O próprio governo admite que a área fiscal é a que apresenta a maior barreira de entrada na OCDE. Temos uma reforma que não foi para frente até agora.

Até que ponto esse poderia ser realmente um entrave?

O nosso sistema tributário é totalmente fora da curva do ponto de vista do que se pratica internacionalmente. Há muitas jabuticabas que precisarão ser ajustadas. Esse é mais um incentivo para que o Brasil leve adiante a **reforma tributária**. Ou seja, se não fizer isso, o processo de acesso à OCDE vai por água abaixo.

E, de novo: há como o setor privado colaborar bastante.

Como viu o comprometimento do Brasil com a OCDE em relação à redução do IOF até 2029?

É um bom sinal. Todas as adequações que o Brasil puder mostrar que está disposto a fazer, mesmo que parcelado em alguns anos, são importantes.

E sinaliza para o setor privado, de novo, que pode melhorar o ambiente de negócios: para investidores, para empresas, para pessoas físicas. Isso tudo libera capital para outros investimentos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Guedes descarta fundo para baixar preços de combustíveis

Idiana Tomazelli

O governo Jair Bolsonaro decidiu descartar a proposta de criação de um fundo de estabilização para interferir diretamente no preço de combustíveis, e o ministro Paulo Guedes (Economia) quer agora tentar limitar o corte de **tributos** e desonerar apenas o diesel.

A criação do fundo já vinha sendo alvo de divergências entre duas alas do governo. A Casa Civil, de onde partiu a ideia de redução dos **tributos** federais sobre os combustíveis, se alinhou à **posição** de Guedes em ser contra a iniciativa.

Já no caso da desoneração ampla de **tributos** sobre os combustíveis e energia elétrica, o ministro da Economia recuou de seu apoio inicial à medida, que poderia custar cerca de R\$ 70 bilhões aos cofres da União, e defendeu algo localizado.

Após sucessivos alertas de técnicos de sua pasta, o ministro busca emplacar um corte de alíquotas apenas no diesel, o que reduziria o impacto a cerca de R\$ 20 bilhões.

Uma nova reunião entre técnicos deve ser realizada nesta sexta-feira (28) para analisar os números e avançar nas discussões.

Nas negociações, Guedes argumentou que o fundo de estabilização é inviável, dado seu custo elevado e sua ineficácia. Já a Casa Civil considera impraticável implementar a medida agora.

Em outra frente, os ministros Onyx Lorenzoni (Trabalho), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional) e Bento Albuquerque (Minas e Energia) vinham insistindo na reserva de recursos para atacar a alta do preço do diesel.

A Casa Civil, comandada por Ciro Nogueira, avisou ao presidente que acha difícil a ideia sair do papel.

Mais do que se aliar a Guedes, Nogueira quer focar o ponto principal da proposta, que é promover a redução dos **tributos** federais e evitar ruídos, avaliam integrantes do governo.

O ministro da Economia inicialmente encampou o desejo de Bolsonaro de cortar **tributos** e não se opôs

à ideia, segundo seus interlocutores. A avaliação no círculo mais próximo de Guedes era que não dá para "cruzar os braços" diante do risco de um pico de **inflação** no auge da campanha eleitoral.

Nos últimos dias, porém, técnicos intensificaram os argumentos a Guedes de que a perda de arrecadação é significativa, enquanto os benefícios são rapidamente anulados por outros reajustes.

Integrantes da equipe de Guedes lembram que, em maio de 2018, o governo Michel **Temer** (MDB) reservou quase R\$ 10 bilhões para bancar um desconto de R\$ 0,46 no preço do litro do diesel, em reação à greve dos caminhoneiros. Os preços caíram em junho, mas voltaram a subir no mês seguinte.

Por isso, a medida está longe de ser uma unanimidade entre integrantes da equipe econômica.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49804&anchor=6449157&pd=f547710499b54e4634aa67a8388ec836>

Moro quer retomar itens do pacote anticrime em reforma do Judiciário



Moro reuniu grupo de juristas para elaborar proposta de reforma

LUIZ VASSALLO

O pré-candidato do Podemos à Presidência, Sérgio Moro, pretende retomar pontos do pacote anticrime rejeitados no Congresso na proposta de reforma do sistema Judiciário que vem sendo elaborada para integrar seu futuro plano de governo.

Na esfera civil, uma sugestão em discussão é a que prevê o enxugamento do sistema processual para que o orçamento excedente seja direcionado a outras áreas.

Entre as ideias debatidas, estão o reforço de orientações à Advocacia-Geral da União para evitar recursos excessivos em processos, a criação de uma arbitragem para costurar acordos com devedores de **impostos** e até mesmo a restrição da Justiça gratuita, sob o argumento de que infla os gastos processuais e não atinge, na maior parte dos casos, os mais necessitados (mais informações nesta página). Os debates sobre a reforma no sistema de Justiça reúnem Moro e três grupos principais de juristas de sua confiança. Estes consultores têm se encontrado frequentemente com o ex-juiz.

No âmbito penal, os trabalhos são coordenados pelo professor de Direito Constitucional e integrante da Academia Brasileira de Letras Joaquim Falcão. Conforme apurou o Estadão, Moro tem defendido retomar propostas que não conseguiu emplacar quando comandou o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo Jair Bolsonaro (PL).

Os planos incluem ainda a volta da autorização de execução de pena após condenação em segunda instância. A tese era aceita pelo Supremo Tribunal Federal até novembro de 2019, quando, por um placar de 6 a 5, os ministros retomaram o entendimento de que prisões para execução penal só poderiam ocorrer após o trânsito julgado em todas as esferas de apelação. O entendimento anterior havia sido determinante para que a Lava Jato levasse à prisão o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no caso do triplex do Guarujá (SP) e outros políticos como o ex-ministro petista José Dirceu.

Moro também tem recorrido a seus conselheiros para debater propostas como o plea bargain, uma espécie de acordo previsto no sistema penal dos Estados Unidos que prevê a confissão de crimes em troca de redução de pena. No Brasil existe hoje a possibilidade do acordo de não persecução penal, previsto para crimes de menor potencial ofensivo, em que o investigado confessa o crime, mas não há o oferecimento da acusação formal.

"INFORMANTE DO BEM".

O grupo de juristas também debate a criação da figura do whistleblower, ou "informante do bem", cujo objetivo é proteger denunciantes de atos de retaliação.

Há diversos casos no Brasil em que agentes públicos são acusados, por exemplo, de violação de sigilo funcional após denunciarem esquemas de corrupção.

Um deles ocorreu em São Paulo - a Procuradoria-Geral do Estado processou um fiscal que denunciou a máfia do ICMS ao Ministério Público. O caso foi julgado improcedente em todas as instâncias.

Em sua reforma do Judiciário, o pré-candidato do Podemos tem defendido a criação de um tribunal anticorrupção nos moldes da Corte criada na Ucrânia para combater crimes de colarinho-branco. Os detalhes desta proposta ainda não foram divulgados.

Institutos como o plea bargain e a execução da pena em segunda instância foram rejeitados em 2019, quando o Congresso desidratou o pacote anticrime enviado pelo então ministro da Justiça e aprovou, em seu lugar, medidas criticadas por Moro, como a criação do juiz de garantias.

As propostas são vistas com restrições por especialistas em segurança pública. Mestre em Direito Constitucional e ex-diretora da Secretaria Nacional de Justiça, Isabel Figueiredo afirmou que há risco de a aplicação do plea bargain repetir, no Brasil, problemas que ocorrem nos Estados Unidos, como a confissão de crimes não cometidos. "Para pegar uma pena menor, as pessoas, mesmo não sendo culpadas, preferem se declarar culpadas a ir para o mérito." Em relação à prisão após condenação em segunda instância, o defensor público da União Gustavo Ribeiro observou que o Supremo e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda promovem correções significativas em condenações impostas pelos tribunais.

CUSTOS.

Moro debate com sua equipe mudanças na área civil, com o fim de reduzir gastos com o sistema processual. O dinheiro, então, poderia ser revertido a outras áreas e políticas de cunho social. Um dos integrantes da equipe é o doutor em Direito e ex-secretário nacional de Defesa do Consumidor Luciano Timm. "A estrutura judiciária hoje custa R\$ 100 bilhões porque custa muito processo. Gastamos cem vezes mais em disputas do que em saneamento básico do Orçamento da União", afirmou.

Questionado se o enxugamento passa pelo fim de privilégios e "supersalários" da magistratura, Timm disse que o tema não está em discussão. "Não adianta polemizar com categorias profissionais porque, assim, o País não avança."

Revés Congresso desidratou pacote anticrime de Moro em 2019, quando o ex-juiz era ministro da Justiça

Plano de ex-juiz prevê restrições no acesso à Justiça gratuita

Autor de estudos sobre o tema, Luciano Timm propõe que o Judiciário imponha restrições no acesso à Justiça gratuita. Segundo ele, a maior parte dos litígios com o uso da Justiça tem como parte pessoas de classe média e classe média alta. Estas, disse, teriam acesso majoritariamente à Justiça gratuita.

O custo desses processos poderia ser direcionado, na avaliação de Timm, à ampliação do acesso à Justiça nas periferias. "Os mais vulneráveis não acionam o sistema público de distribuição de Justiça. A necessidade dessas pessoas menos favorecidas está associada a algumas coisas fundamentais como registro civil, família. Tem muitas disputas de família nas comunidades menos favorecidas, filhos, pequenos ilícitos. Existem iniciativas como o juizado itinerante, e temos que começar a ter mais interação de práticas.

Hoje, falta recurso para fazer isso, também por estar gastando ineficientemente." "E quem paga essa conta é o contribuinte. Temos hoje, do ponto de vista orçamentário, um custo com o Poder Judiciário de R\$ 100 bilhões", disse Timm.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Preço da gasolina e populismo fiscal (Editorial)

Não há muitos políticos que, em ano de eleições, consigam resistir às tentações do populismo fiscal. A decisão dos governadores de Estado de prorrogar por mais 60 dias o congelamento do ICMS da gasolina é uma clara comprovação disso. Em vigor desde novembro e com validade por 90 dias, a medida agora prorrogada é sabidamente inócua para conter a oscilação dos preços dos combustíveis, dependentes de fatores sobre os quais nenhuma autoridade nacional tem o poder de controlar - basicamente, as variações da cotação internacional do petróleo, sujeitas às oscilações da demanda e da oferta e também ao cenário político mundial. Mas, depois do anúncio da iniciativa do presidente Jair Bolsonaro de apresentar uma proposta de emenda à constituição (PEC) para reduzir a zero a alíquota dos **tributos** federais incidentes sobre combustíveis e energia, o que permitiria a redução dos **tributos** estaduais, os governadores sentiram que precisavam dar uma resposta. E o fizeram com nítido objetivo político-eleitoral.

A falsa resposta dos governadores a um problema real - os preços dos combustíveis afetam uma infinidade de outros preços e, por isso, têm peso considerável na composição dos índices de **inflação** - igualmente tem um preço, pois afeta as finanças públicas, o que pode comprometer sua necessária higidez. Congelar o ICMS sem identificar cortes compensatórios de despesas ou fontes de receita que supram o que deixará de ser arrecadado configura populismo fiscal, isto é, o uso irresponsável das receitas tributárias, seja dilapidando-as em ações de interesse político-eleitoral, seja abrindo mão de parte delas em nome de algum objetivo aparentemente nobre, mas com consequências danosas para o equilíbrio das contas fiscais.

Em nota, os governadores consideram que, com "a atualização da base dos preços dos combustíveis, atualmente lastreada no valor internacional do barril de petróleo", se tornou "imprescindível" a prorrogação do congelamento do ICMS. No mundo real, se a cotação do petróleo mantiver a tendência atual, novas prorrogações se tornarão igualmente "imprescindíveis". O quadro, dizem, só mudará quando houver soluções estruturais para a estabilização dos preços. Se de fato esperam estabilidade de preços, terão de combinar com todos os operadores do mercado de petróleo, dos gigantes mundiais da

produção até o posto de gasolina da esquina.

O populismo fiscal com que ilusoriamente se tenta conter o preço da gasolina tem custos pesados para as finanças públicas. Em período de desequilíbrio fiscal, com déficits expressivos nas contas federais - apesar do papel altamente positivo da **inflação** no aumento da arrecadação tributária -, o corte da tributação sobre combustíveis pode ter efeito danoso para a União. Mas o problema atinge também os Estados, cujas receitas cresceram com as transferências da União no período da pandemia, com a discreta recuperação da atividade econômica e com a **inflação**. Em ano eleitoral, os políticos não hesitam em tomar, no presente, medidas que ameaçam o futuro.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estados confirmam congelamento do ICMS

EDUARDO RODRIGUES

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) ratificou ontem, por unanimidade, a decisão dos governadores de estender o congelamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis por mais 60 dias - até o fim de março.

Os Estados chegaram a anunciar que a medida seria encerrada na data original, dia 31 deste mês, mas recuaram após o presidente Jair Bolsonaro prometer enviar ao Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para zerar os **impostos** federais sobre a gasolina e o diesel. A decisão vale para todos os Estados.

O cálculo do preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF), que serve de base para o imposto estadual sobre os combustíveis, está congelado desde novembro passado.

Mesmo assim, o impacto no preço dos combustíveis não foi significativo.

PREÇOS. De acordo com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o preço médio do litro da gasolina nos postos em novembro era de R\$ 6,744, recuando para R\$ 6,67, em dezembro, e para R\$ 6,627, em janeiro - uma diferença de menos de R\$ 0,12 ao longo de três meses.

No caso do óleo diesel, houve inclusive um ligeiro aumento no preço médio praticado nas bombas no período - era de R\$ 5,359 por litro em novembro, e foi para R\$ 5,457 neste mês - uma diferença de quase R\$ 0,10.

Há duas semanas, os Estados haviam formado maioria no âmbito do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda (Comsefaz) para encerrar o congelamento, alegando a falta de medidas concretas por parte do governo federal. Ontem, porém, 21 governadores assinaram uma carta considerando "imprescindível" a extensão da iniciativa até que soluções estruturais para a estabilização dos preços sejam estabelecidas.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PEC de combustíveis traria um grande desperdício de recursos (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126

Demanda de estrangeiro volta a sustentar ativos

Gabriel Roca, Marcelo Osakabe e Victor Rezende

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126?page=6§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126?page=6§ion=5

Lucro de bancos desacelera no 4^o tri, mas deve crescer 16%

Álvaro Campos e Ricardo Bomfim

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126?page=6§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126?page=6§ion=5

Magistrados de SP querem receber novo bônus por alegado excesso de trabalho



Artur Rodrigues

A criação de um novo auxílio financeiro para magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça de São Paulo, desta vez voltado para compensar uma alegada sobrecarga de trabalho, ganha força dentro da corte.

Para 2022, por exemplo, o órgão triplicou o limite do reembolso pago a título de auxílio-saúde, que subiu de 3% para 10% do valor dos salários.

Além desse benefício, membros do Judiciário paulista devem analisar a criação de outro adicional, o auxílio-acervo, voltado a magistrados que acumulam serviço, como duas varas distintas, com valor correspondente a um terço do salário para cada 30 dias.

Um adicional nesses moldes também é pago em outras cortes do país.

Os desembargadores ganham salário de R\$ 35.462,22, mas com os chamados penduricalhos valor pago mensalmente pode subir para R\$ 56 mil, sem contar descontos. Já os menores salários, de juizes substitutos, são de R\$28.883.

O tema foi levantado neste ano pelo vice-presidente do TJ, desembargador Guilherme Gonçalves Strenger, e tem apoio de entidade que representa os magistrados paulistas. O assunto, porém, ainda precisa do aval da presidência do órgão para começar a valer.

Em discurso de posse no início deste ano, Strenger defendeu a medida diante da sobrecarga dos magistrados do tribunal que, para ele, chega a "limites

insuportáveis".

Ele citou que, sem magistrados para assumir as varas durante férias e licenças, "o acúmulo de trabalho e formação de acervo torna-se praticamente inevitável".

"Também por essa razão, penso ser premente a implementação do auxílio por assunção de acervo em valor correspondente a 1/3 dos subsídios, a fim de retribuir o trabalho do magistrado que suporta a distribuição anual de processos superior ao que lhe seria exigível, conforme recomendado pelo CNJ [Conselho Nacional de Justiça]", disse o vice-presidente do TJ.

Assim como o auxílio-saúde, o CNJ recomenda o adicional por excesso de trabalho desde 2020. No entanto os tribunais não são obrigados a adotar essas medidas.

Segundo a recomendação do conselho, somado ao auxílio de um terço do subsídio, o salário dos magistrados não pode ultrapassar o teto, referente aos vencimentos dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal): R\$ 39.293.

Questionado sobre o assunto pela Folha, o vice-presidente do TJ-SP disse que na gestão anterior ele já havia feito o requerimento para criar o auxílio-acervo na corte para retribuir a distribuição de processos superior ao que seria exigível aos magistrados.

Ele citou que magistrados dos TRTs (Tribunais Regionais do Trabalho) e TRFs (Tribunais Regionais Federais) são contemplados pelo auxílio. "E, ao que consta, na esfera estadual, somente o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não implementou a aludida gratificação", disse o vice-presidente, em nota.

Segundo ele, a análise do pedido deve passar pela presidência do TJ-SP e pelo Órgão Especial. Procurado, o Tribunal de Justiça afirmou não emitir opinião sobre o que seus integrantes dizem e que a proposta ainda não foi analisada pela presidência.

A Apamagis (Associação Paulista de Magistrados), entidade que representa a categoria, demonstrou apoio ao pagamento do novo auxílio.

De acordo com a juíza Vanessa Mateus, presidente da

associação, é recomendável que o estado crie outra vara quando ela atinja determinado número de processos distribuídos -que balizaria a criação de mais cargos de juizes e de servidores.

"Não havendo a criação de outra vara, o mesmo juiz exerce a função que seria de dois juizes. Dessa forma, esse auxílio por assunção de acervo se destina a compensar a vara que não foi criada, com muito menos ônus ao Estado", disse Vanessa Mateus, em nota.

"Ao invés de disponibilizar vencimentos para dois juizes, o Estado concederá apenas um acréscimo a um juiz e não arcará com despesas com salários de servidores, com cartório e com estrutura", acrescenta ela.

Entre os dados que basearam a recomendação do CNJ está um levantamento que mostra que, de 2010 a 2019, o número de magistrados no Brasil cresceu 7,2% (de 16.883 para 18.091), enquanto os casos novos no Poder Judiciário avançaram 26%, passando de 24 milhões a 30,2 milhões por ano.

O TJ-SP quer ainda criar mais um cargo, do quinto assistente para os gabinetes.

No início do mês, a corte aumentou a possibilidade de reembolso mensal de auxílio- saúde dos magistrados, de 3% para até 10% do valor dos salários recebidos.

Com isso, os limites mensais para os desembargadores, que chegavam a pouco mais de R\$ 1000, podem saltar para mais de R\$ 3.500.0 pagamento do auxílio é um reembolso que depende da comprovação da despesa pelo magistrado.

Os magistrados têm direito a auxílio-alimentação, férias anuais, licença-prêmio e dias de compensação por cumulação de funções.

Além disso, recebem retroativos, compostos principalmente de equiparações salariais, que são corrigidos pela **inflação**. Após os salários, essas são as maiores despesas pagas pelo tribunal aos seus integrantes.

A mudança no auxílio-saúde consta de portaria publicada no dia 10 e assinada pelo novo presidente do TJ, Ricardo Mair Anafe. Ele tomou posse para comandar o maior Tribunal de Justiça do país no biênio 2022-2023 e tinha esse aumento do benefício aos magistrados como promessa de campanha.

O magistrado assumiu o posto com a corte em situação financeira mais confortável que nas gestões de antecessores.

Antes dele, presidentes enfrentaram restrições devido a uma mudança de cálculo do TCE (Tribunal de Contas do Estado) que pós a corte sob risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

No ano passado, o TCE flexibilizou um acordo que havia feito com o TJ para que o órgão da Justiça reduzisse progressivamente o percentual de suas despesas com pessoal até 2021.0 prazo para que esse ajuste chegue ao fim passou para 2023.

Apesar dos problemas financeiros, o órgão frequentemente chama a atenção pelos gastos. Algumas vezes, após repercussão negativa, acaba recuando.

Por exemplo, a Folha mostrou que até o ano passado o tribunal usava uma verba reservada a situações urgentes e imprevisíveis para comprar petiscos e outras regalias aos seus 360 desembargadores.

A chamada "verba de adiantamento" vinha sendo usada pelo tribunal para fazer compras que incluíam produtos como queijo maasdam holandês (R\$ 67,90 o quilo) e salame hamburguês Di Callani (R\$ 60,25 0 quilo), além de frutas como kiwi gold (R\$ 59.99 o quilo).

Após reprimenda do TCE, no entanto, a corte informou internamente que deixaria de fornecer lanches a gabinetes de desembargadores por meio desta verba.

Em 2019, a construção de um prédio bilionário para abrigar gabinetes de desembargadores acabou suspensa após a repercussão negativa.

No ano seguinte, o órgão anunciou que daria prêmio de até R\$ 100 mil para desembargadores julgarem processos durante a crise. Após a divulgação, o CNJ foi acionado e o órgão decidiu suspender a medida.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49804&anchor=6449157&pd=f547710499b54e4634aa67a8388ec836>

EUA crescem 5,7% em 2021, maior ritmo em quase quatro décadas

O Crescimento dos Estados Unidos acelerou no quarto trimestre, uma vez que as empresas reabasteceram os estoques esgotados para atender à forte demanda por bens, ajudando a atividade do país a registrar seu melhor desempenho em quase quatro décadas em 2021.

O **PIB** (Produto Interno Bruto) da maior economia do mundo aumentou a uma taxa anualizada de 6,9% no trimestre passado, informou o Departamento de Comércio nesta quinta-feira (27) em sua estimativa preliminar do **PIB**, após um ritmo de crescimento de 2,3% no terceiro trimestre.

Economistas consultados pela Reuters previam crescimento de 5,5%. As estimativas variaram de 3,4% a 7,0%.

A economia cresceu 5,7% em 2021 como um todo, desempenho mais forte desde 1984. Ela havia registrado contração de 3,4% em 2020, maior queda em 74 anos.

O crescimento no ano passado foi alimentado por estímulos fiscais massivos, assim como juros muito baixos. O ímpeto, no entanto, parece ter desacelerado em dezembro em meio a um surto de infecções por Covid-19, impulsionado pela variante ômicron, que contribuiu para reduzir os gastos e interromper a atividade em fábricas e empresas de serviços.

O crescimento robusto do ano passado apoia o pivô do Fed (Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos) em direção a elevação dos juros em março.

O presidente do Fed, Jerome Powell, disse a repórteres na quarta-feira (27), após reunião de política monetária de dois dias, que "a economia não precisa mais de níveis altos e sustentados de apoio da política monetária" e que "em breve será apropriado aumentar" os juros.

A forte recuperação do crescimento no ano passado pode oferecer algum ânimo ao presidente Joe Biden, cuja popularidade tem caído em meio a uma agenda econômica doméstica paralisada, após o Congresso americano não aprovar seu projeto investimento de US\$ 1,75 trilhão (R\$ 9,5 trilhões).

O investimento em estoques foi responsável pela

maior parte da expansão do crescimento do **PIB** norte-americano no quarto trimestre. Empresas haviam sofrido redução nos estoques desde o início de 2021.

Os gastos mudaram de serviços para bens durante a pandemia, gerando um "boom" de demanda que pressionou as cadeias de suprimentos.

O crescimento no último trimestre também foi impulsionado por um salto nos gastos do consumidor em outubro, antes de recuar consideravelmente com a disseminação da ômicron pelo país.

Os gastos do consumidor, que representam mais de dois terços da atividade econômica dos Estados Unidos, têm sido prejudicados pela escassez de veículos e outros bens. A escassez global de chips está afetando a produção.

A redução do poder de compra das famílias, com a **inflação** bem acima da meta de 2% do Fed, também impactou os gastos do consumidor no final do quarto trimestre.

O surto de infecções por coronavírus com a variante ômicron também impactou o mercado de trabalho, embora isso deva ser temporário. Empregadores estão desesperados por trabalhadores, com 10,6 milhões de vagas em aberto nos EUA no final de novembro.

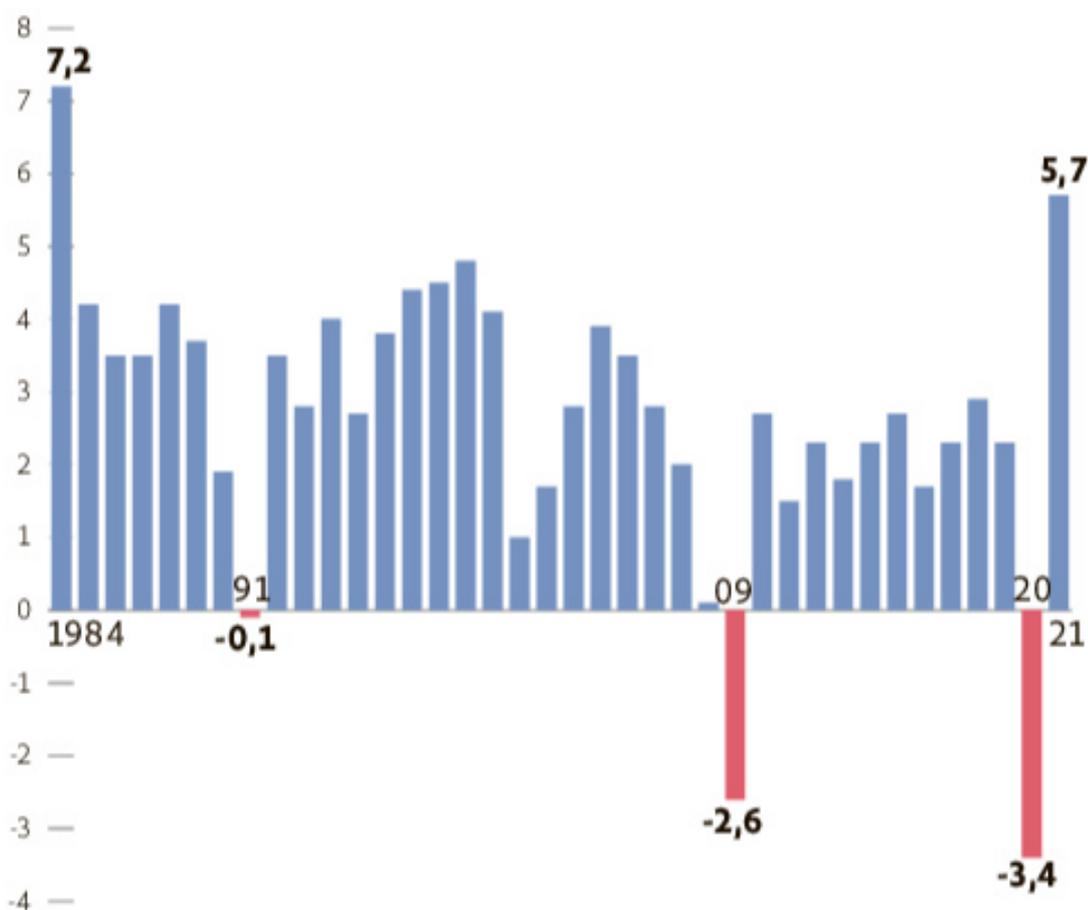
Relatório separado do Departamento do Trabalho mostrou nesta quinta-feira (27) que os pedidos iniciais de auxílio-desemprego caíram em 30 mil, para uma taxa sazonalmente ajustada de 260 mil durante a semana encerrada em 22 de janeiro.

Site:

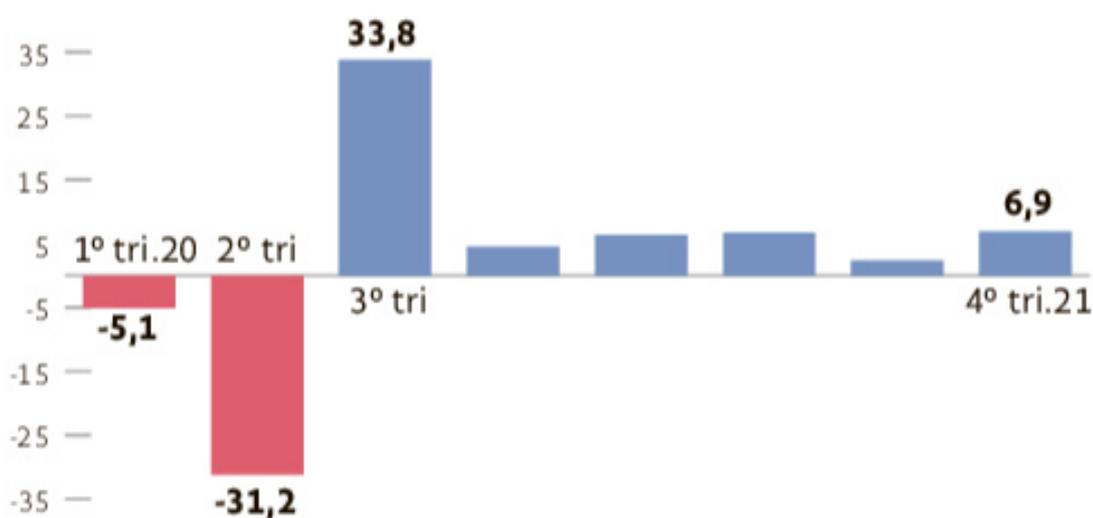
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49804&anchor=6449157&pd=f547710499b54e4634aa67a8388ec836>

Economia dos EUA tem maior crescimento desde 1984

Variação do PIB por ano, em %



Variação da taxa anualizada
Em %



Fonte: Departamento do Comércio dos EUA

Verba para BRs é a menor em 10 anos

AMANDA PUPO

Responsável por manter as rodovias federais, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) terá em 2022 o menor orçamento para investimentos em pelo menos dez anos. A situação foi agravada com a decisão do presidente Jair Bolsonaro de vetar R\$ 177 milhões do órgão, enquanto blindou R\$ 16,5 bilhões em emendas do orçamento secreto e priorizou os recursos de maior interesse eleitoral de aliados.

Após a tesourada, o Dnit tem R\$ 6,2 bilhões previstos para investimentos.

O montante foi de R\$ 9 bilhões em 2012 e chegou a R\$ 10,7 bilhões em 2014. Os valores, informados pelo Ministério da Infraestrutura, são nominais, sem correção pela **inflação**. Se corrigidos, a discrepância seria ainda mais expressiva. O aperto acontece enquanto a qualidade das rodovias preocupa.

Quase um quarto da malha pavimentada está em estado péssimo (6,9%) ou ruim (16,3%), mostrou estudo da Confederação Nacional do Transporte (CNT) no fim do ano passado. Segundo a entidade, a maior fatia, 38,6%, encontra-se apenas regular. Com isso, a qualidade de 61,8% das rodovias é insatisfatória.

Confirmado por Bolsonaro como pré-candidato ao governo de São Paulo em 2022, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, deve atuar para incrementar o orçamento do Dnit deste ano. O problema, admitido dentro da pasta, não é novo. Em 2021, os recursos à disposição do ministério já tinham chegado ao pior nível até então.

Para 2022, o total à disposição do órgão, incluindo gastos como de custeio e pagamento de salários, fechou em R\$ 7,2 bilhões. A estimativa é de que, apenas para manutenção das rodovias, seriam necessários R\$ 8 bilhões por ano.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Teto de gastos ou de investimentos? (Artigo)

Antonio Corrêa de Lacerda

A Emenda Constitucional (EC) 95, aprovada no Congresso Nacional no fim de 2016, fixou uma regra impondo limite de gastos públicos para os próximos 20 anos. A medida, embora atenda ao "senso comum", parte de uma premissa equivocada de que o Orçamento público, como analogia, deveria se equiparar ao orçamento doméstico: "Só pode gastar o que arrecada". No entanto, essa assertiva não vale para a macroeconomia, já que o Estado tem funções, assim como prerrogativas, que lhe são próprias.

O problema é que, no Brasil, diante da dificuldade em restringir os gastos correntes, como despesas decorrentes de emendas parlamentares, o Executivo acaba instado a reduzir os investimentos. Não por acaso o nível de investimento público, que já era baixo historicamente, caiu da média de 4% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no período 2013- 2016 para pouco mais de a metade, 2,2%, em 2017-2021.

A queda da participação do investimento público coincide com uma das nossas maiores crises, cuja superação recomendaria justamente o inverso, ou seja, uma atuação anticíclica do Estado para gerar o "efeito multiplicador" do investimento público e provocar o "efeito demonstração" para o setor privado. Aí já temos a grande contradição da questão: a limitação do gasto público engessa o papel do Estado quando ele pode ser mais do que necessário.

O total de investimento da economia, a Formação Bruta de Capital Fixo, que inclui todos os aportes públicos e privados, nacionais e estrangeiros em infraestrutura, construção civil e máquinas e equipamentos, na média dos últimos anos equivale a apenas pouco mais de 16% do **PIB**, menos da metade da média de 33% dos países em desenvolvimento.

A retomada dos investimentos é uma condição fundamental para fomentar o desenvolvimento.

O rompimento do teto de gastos que ora observamos é totalmente oportunista e eleitoreiro e pouco tem a ver com a crítica acima. O governo federal e seus aliados no Congresso Nacional estão "passando a boiada", com a aprovação da chamada "PEC dos Precatórios" e as emendas parlamentares.

No entanto, independentemente do descalabro em curso, insustentável, é preciso repensar regras fiscais intertemporais, tendo em vista a preservação dos

investimentos públicos como instrumento de política econômica. Obviamente respeitando-se a responsabilidade e os princípios republicanos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Piso de professores anunciado por Bolsonaro é contestado

RENATA MARIZ renata.mariz@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

De olho na eleição, governadores miram reajuste

***Cibelle Bouças, Gabriel Vasconcelos, Marina Falcão e
Marta Watanabe De Belo Horizonte, Rio, Recife e São
Paulo***

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126

Pico da inflação é irrelevante para política monetária

Alex Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126?page=6§ion=5

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187126?page=6§ion=5